

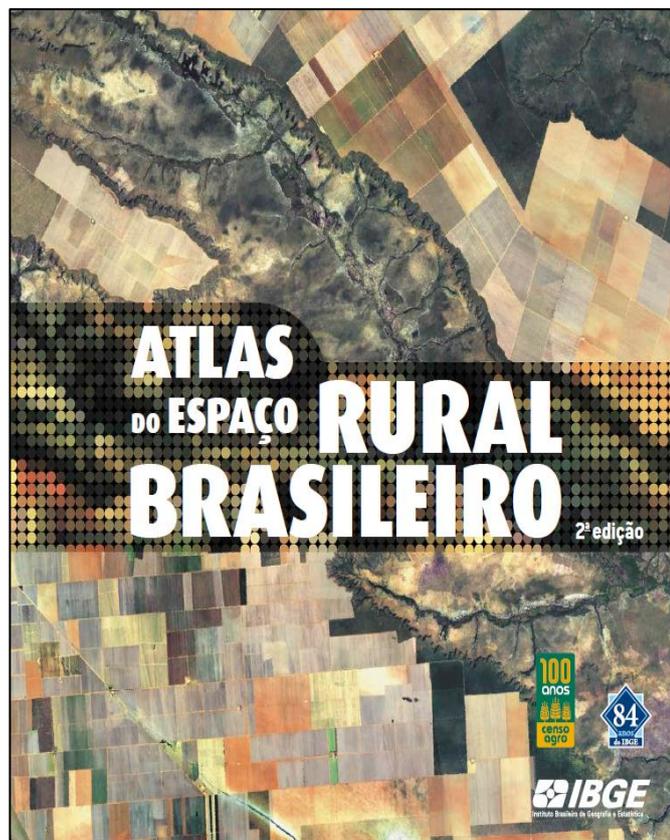
**RESENHA**

**ATLAS DO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO (2020)**

**ATLAS OF BRAZILIAN RURAL SPACE**

**ATLAS DEL ESPACIO RURAL BRASILEÑO**

Anderson Bertholi<sup>1</sup> <https://orcid.org/0000-0003-1057-1651>



No ano de 2020, em que o IBGE comemorou os 100 anos do Censo Agropecuário, foi lançada a segunda edição do Atlas do Espaço Rural Brasileiro com uma análise geográfica apurada dos dados do Censo de 2017. Cabe destacar que o Atlas não se limitou apenas às análises dos dados quantitativos do último Censo, mas também trouxe discussões inéditas sobre temas novos, todos do escopo da produção científica do instituto. “A complexidade das questões presentes no espaço rural brasileiro exigiu que sua análise contemplasse uma

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor do Departamento de Geociências e PPGE da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Coordenador Adjunto do NEPRA-UNIMONTES. E-mail: [anderson.bertholi@unimontes.br](mailto:anderson.bertholi@unimontes.br)

visão multidisciplinar das dimensões sociais, econômicas, ambientais, políticas e culturais”, explicou a geógrafa coordenadora do projeto, Adma Hamam de Figueiredo. Como destaque está a combinação de dados da dinâmica espacial de diferentes sujeitos com fontes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além de dados atuais do próprio IBGE, como das Regiões de Influência das Cidades (2018), da Produção Agrícola Municipal (PAM) e da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), numa composição detalhada de informações sobre o espaço rural brasileiro.

Como dito, trata-se de um trabalho técnico de excelência, disponibilizado gratuitamente em formato digital no site do IBGE, pela Plataforma Geográfica Interativa (PGI). Por meio da PGI, é possível cruzar dados, criar outros mapas e baixar tabelas e projetos em diversos formatos. O livre acesso evidencia o compromisso do IBGE com o processo de democratização de dados sobre as dinâmicas do espaço brasileiro.

Suas 323 páginas estão organizadas em 11 grandes abordagens, a saber:

1 - Perfil demográfico e socioeconômico do produtor; 2 - Estrutura fundiária; 3 - Utilização da terra e fluxos agropecuários; 4 - Agroindústria rural no Brasil; 5 - Tecnologia, informação e conhecimento; 6 - Dimensões regionais da modernização do espaço rural brasileiro; 7- Agricultura e meio ambiente; 8 - Logística da agropecuária; 9 - Estrutura de receitas e financiamento; 10 - Estrutura de despesas e 11 - Agricultura familiar.

Foram mais de 5 milhões de estabelecimentos pesquisados, compondo informações *especializadas* em 513 mapas, além de gráficos e tabelas com alta definição de imagem e detalhamento gráfico, cujo conteúdo pode ser assim sintetizado:

No **Capítulo 1: Perfil demográfico e socioeconômico do produtor**, o Atlas mostra que produtores pretos ou pardos se concentram em pequenos estabelecimentos e que brancos são maioria conforme aumenta a área da propriedade, trazendo informações inéditas sobre cor e raça dos produtores e dirigentes dos estabelecimentos rurais. Segundo o Censo Agro 2017, 47,9% dos estabelecimentos rurais tinham produtores declarados como brancos, proporção maior que a dos estabelecimentos com produtores pardos (42,6%), pretos (7,8%), indígenas (0,8%) e amarelos (0,6%). Essa desigualdade se reflete também na distribuição das áreas dos estabelecimentos. Entre os produtores que dirigem estabelecimentos com área total de até 1 hectare, 57,9% declararam-se como de cor ou raça parda, 25,5% branca, 13,6% preta, 8,3% indígena e 1,8% amarela. Já nos estabelecimentos com mais de 500 hectares, 72,2% dos produtores proprietários são

brancos, 23,9% pardos, 2,5% pretos, 0,4% indígenas e 0,06% amarelos. Assim, quanto maior a área dos estabelecimentos, maior a predominância dos produtores declarados brancos.

Em estabelecimentos de mil a 10 mil hectares, há mais que o triplo de proprietários brancos (74,7%) se comparado aos pretos ou pardos (23,8%). Na última faixa estabelecida pela pesquisa, de mais de 10 mil hectares, a proporção desses grupos é de 79% contra 18,9%.

No **Capítulo 2: Estrutura fundiária**, destaque para o processo histórico de concentração de terras implementado desde os processos de ocupação e apropriação do território brasileiro ao longo da invasão e colonização portuguesa, como destacou a geógrafa do IBGE Daiane de Paula Ciriáco, uma das pesquisadoras do projeto. Ela acrescenta que, com as leis posteriores que estabeleciam o acesso à terra apenas pela compra, a exclusão dos povos indígenas e das populações escravizadas de origem africana ficou evidente, com reflexos nos dias atuais. Destarte, a área média do estabelecimento agropecuário no Brasil ficou em 69 hectares, com grande variação regional. A maior quantidade de estabelecimentos permanece nas mãos dos pequenos proprietários, mas a porção muito inferior das áreas que eles ocupam são a expressão da concentração fundiária brasileira. Assim, por um lado, 81% dos estabelecimentos rurais no país ocupam apenas 12,8% da área em hectares, enquanto apenas 0,3% do número dos grandes estabelecimentos chegam a ocupar 32,8% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país. O disparate regional é ainda mais impactante, sendo que a média de área dos estabelecimentos do Centro-Oeste (322 hectares) é quase cinco vezes maior do que a média nacional (69 hectares) e quando se trata de ocupação do trabalho temos 12,8% da área de estabelecimentos abrigando mais de 70% das pessoas enquanto que, nos grandes latifúndios, com área acima de 2.500 hectares, essa taxa não chega a 5%.

O **Capítulo 3: Utilização da terra e fluxos agropecuários** revitaliza a necessidade de maior investimento em tecnologia, em práticas de manejo e conservação dos solos e na preservação ou recomposição das áreas de preservação permanente, para a garantia de uma melhor qualidade ambiental e a sustentabilidade dos recursos naturais nos diferentes biomas brasileiros. O cultivo convencional, onde percebe-se uma exploração direta do solo, ainda é predominante nas atividades do campo brasileiro (26% dos estabelecimentos). Atividades de controle do solo como plantio em nível, rotação de cultura, proteção de encostas, recuperação de mata ciliar ou reflorestamento em área de

nascentes ainda são pouco praticadas, sendo que nas áreas de expansão das culturas de escala (Centro-Oeste e Norte) os produtores não recorrem a essas alternativas em nenhuma ocasião, destaque feito pela engenheira florestal do IBGE, Luciana Temponi.

No **Capítulo 4: Agroindústria rural no Brasil**, resgata um debate conceitual sobre a agroindústria, ancorando a análise na definição usual do IBGE, segundo a qual define que a agroindústria rural é toda unidade transformadora de matéria-prima produzida no interior do próprio estabelecimento ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tenha sido dada pelo produtor. Mas uma vez contemplou-se a dimensão regional na análise, com destaque para o rol de 12 produtos selecionados, a saber: suco de frutas, fumo de rolo, aguardente, laticínios (creme de leite, manteiga e queijo/requeijão), carnes (bovina, suína, tratada e embutidos) e carvão vegetal.

O **Capítulo 5: Tecnologia, informação e conhecimento** evidencia a utilização intensiva de insumos químicos poluentes em todas as regiões do país, com aumento de 22,9% entre 2006 e 2017, passando de 27,0% em 2006 para 33,1% em 2017. Outro dado se refere à infraestrutura de energia, com a consolidação da rede de transmissão de energia elétrica e a precarização do acesso à internet, sendo essa última presente em menos de 30% estabelecimentos. A taxa de mecanização também mereceu destaque no referido capítulo, sendo que a discrepância regional evidenciou uma desigualdade marcante, com um uso intensivo em cerca de 40% no Centro-Oeste, contra apenas 3% no Nordeste, ainda que considerados os diferentes perfis de produção rural.

Como aprofundamento da análise regional, temos o **Capítulo 6: Dimensões regionais da modernização do espaço rural brasileiro**, onde fica evidente a grande desigualdade entre as 5 regiões geográficas, sobretudo no acesso à informação e à tecnologia como traço do desenvolvimento brasileiro. Numa sociedade *mundializada*, onde as relações se apresentam interligadas às grandes redes de informação e comunicação tínhamos 70% dos estabelecimentos rurais sem acesso à internet, em 2020. Um paradoxo que apresenta altos índices de produtividade e uso de insumos para atender grandes demandas dos mercados globais (*commodities*) e extrema pobreza e dificuldade de acesso às infraestruturas básicas para os pequenos produtores.

O **Capítulo 7: Agricultura e meio ambiente** traz o desafio das relações entre a produção e a conservação do meio natural, portanto da sustentabilidade no campo. A análise mostra que o critério geral dessa relação prevê a adequação dos sistemas de produção às condições do ambiente, para a manutenção do seu equilíbrio ou para a

obtenção de melhores taxas de produtividade. Destaque para o uso de técnicas rudimentares, práticas transmitidas de geração em geração comuns das pequenas propriedades de base familiar e agroecológicas, enquanto que os grandes estabelecimentos se apoiam em pesquisas laboratoriais mais complexas. Um dado em destaque foi a redução no uso de técnicas corretivas do solo, como por exemplo o plantio em curva de nível, como medida de combate a perda de solo e a erosão, que teve uma redução de 29,2% para 9,5%, entre 2006 e 2017. Esse dado leva a uma preocupação sobretudo por contribuir para o assoreamento dos rios, com potencial diminuição da fauna aquática e agravamento dos transbordamentos. Outros dados levantados mostraram ainda que 18,7% das propriedades adotavam a rotação de culturas; 13,8%, o pousio/descanso de solos; 4,0%, a proteção/conservação de encostas; 2,4%, a recuperação de mata ciliar; 2,3%, o reflorestamento para proteção de nascentes.

No **Capítulo 8: Logística da agropecuária** o perfil agroexportador é analisado à luz da infraestrutura de escoamento (deslocamento, armazenamento e exportação), também com importantes desigualdades espaciais, com estruturas antigas já consolidadas e novas frentes, ainda carentes de equipamentos técnicos e tecnológicos de comunicação e transporte. A concentração produtiva mereceu destaque, sobretudo nas regiões de fronteira agrícola, orientadas pela agroindústria.

Já o **Capítulo 9: Estrutura de receitas e financiamento** traz as importantes mudanças estruturais do setor agrário brasileiro, decorrentes das transformações no mercado de trabalho que intensificaram os processos de industrialização e aumentaram significativamente a demanda por matéria-prima (*commodities*), trazendo mudanças sensíveis para o espaço rural, que deixou de ser um lugar exclusivo para atividades agrícolas e pecuárias e assumindo funções *rurbanas*. Passa, assim, a abrigar, concomitantemente, atividades agrícolas, para-agrícolas e não-agrícolas.

O **Capítulo 10: Estrutura de despesas** apresenta o aumento das despesas em relação às receitas em todas as regiões geográficas, exceto o Centro-Oeste brasileiro que viu suas despesas no campo reduzirem 22,6% entre 2006 e 2017. Especificamente sobre as despesas o grande impacto do período foi visto na Região Sudeste cujo alto índice que as despesas agregadas corresponderam a 94,6 % do total das receitas agregadas, no mesmo período de referência. As despesas com arrendamento também mereceram destaque graças às suas pequenas elevações, com destaque para o aumento de 5,4% na Região Sudeste. O uso de agrotóxico teve aumento de 2,4% na Região Norte enquanto os custos

com transportes teve um aumento em todas as regiões e as despesas com energia elétrica, retração ao longo do período.

Para encerrar, o **Capítulo 11: Agricultura familiar** trouxe um importante debate conceitual sobre o termo, além de dados que evidenciaram uma dinâmica renovada das práticas tradicionais no campo brasileiro. Cabe destacar os 76,8% de estabelecimentos que correspondiam à agricultura familiar (3 897 408), ocupando 23,0% do total da área dedicada a atividades agropecuárias. Uma importante parcela de produtores sem-terra, arrendatários, parceiros, extrativistas, produtores de mel, criadores de animais em beira de estrada, produtores na vazante de rios e roceiros itinerantes e em beira de estrada, além de um levantamento inédito de dados sobre a cor ou raça dos produtores, declarados de raça parda (45,8%), branca (43,4%) e preta (8,9%), demonstrando a diversidade e riqueza desse importante extrato do campo brasileiro, ainda em construção.

Trata-se pois, de uma obra de relevância, dada a sua atualização metodológica que contemplou as atualizações da dinâmica espacial do campo brasileiro, disponibilizando de maneira interativa e gratuita um excelente banco de dados para subsidiar qualquer pesquisa que busque interpretar nosso país.

## REFERÊNCIAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Espaço Rural Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/atlas/tematicos/16362-atlas-do-espaco-rural-brasileiro.html>. Acesso em: 10 nov. 2021

---

**Artigo recebido em: 10 de dezembro de 2022.**

**Artigo aceito em: 05 de maio de 2023.**

**Artigo publicado em: 25 de setembro de 2023.**